

DOS PRINCIPAIS TÓPICOS DE PESQUISA

REVISTA
**SABERES
DA AMAZÔNIA**

CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS



VOL. 5 | N. 11

Julho-Dezembro 2020 | ISSN: 2448-0576

SOCIOLOGIA RURAL EM FOCO: EXPOSIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS TÓPICOS DE PESQUISA

RURAL SOCIOLOGY IN FOCUS: EXPOSURE AND CONTEXTUALIZATION OF THE MAIN RESEARCH TOPICS

Marco Aurélio Maia Barbosa de Oliveira Filho

Resumo: O presente artigo tem como foco apresentar e debater a sociologia rural, desde sua institucionalização como disciplina acadêmica em instituição universitária francesa até o advento e a consolidação da questão ambiental como campo de estudos e modelo de construção teórica. Partindo de análise bibliográfica e discussões situadas no contexto de uma disciplina de pós-graduação em sociologia denominada Ruralidades e Conflitos Socioambientais, também são apresentados e debatidos alguns dos principais tópicos de pesquisa no âmbito da sociologia rural, bem como problematizadas questões referentes à postura dos pesquisadores e pesquisadoras que atuam nessa área. Com isso, espera-se contribuir para a sua divulgação e organizar uma apresentação introdutória para pessoas interessadas em conhecer essa área específica do saber sociológico.

Palavras-chave: Sociologia Rural. Ruralidades. Questão Ambiental. Conflitos.

Abstract: This article focuses on presenting and discussing rural sociology, from its institutionalization as an academic discipline in a French university institution to the advent and consolidation of the environmental question as a field of study and model for theoretical construction. Starting from bibliographic analysis and discussions located in the context of a postgraduate discipline in sociology called Ruralities and Socioenvironmental Conflicts, some of the main research topics in the field of rural sociology are also presented and discussed, as well as questions related to the researcher's posture who working in this area. With this, it is expected to contribute to its dissemination and to organize an introductory presentation for people interested in knowing this specific area of sociological knowledge.

Key-Words: Rural Sociology. Ruralities. Environmental Question. Conflicts.

Introdução

Um dos precursores da sociologia, Émile Durkheim se dedicou a estruturar a sociologia na França dedicando toda sua carreira ao desenvolvimento metódico e objetivo dessa ciência social. Nomeado professor de pedagogia e ciência social na Faculdade de Letras da Universidade de

Bourdeaux, na França, Durkheim rompeu com a filosofia e buscou consolidar a sociologia como campo de conhecimento ministrando o primeiro curso de sociologia no ano de 1887.

Com base teórico-metodológica voltada para o estudo dos fenômenos sociais e, como ciência, tendo de obedecer aos mesmos princípios gerais válidos para todos os ramos de conhecimento científico – apesar das peculiaridades dos fenômenos sociais quando comparados aos fenômenos naturais e da própria abordagem científica da sociedade –, ao longo do tempo e de seu desenvolvimento diversas áreas especializadas de pesquisa foram surgindo e se firmando como tópicos de estudo no campo da sociologia. Dentre essas áreas, como a sociologia do trabalho, da religião, jurídica, urbana etc., a sociologia rural começa a ser fundamentada como ramo da sociologia geral após o fim da Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Brandenburg¹, é somente a partir do momento em que o ambiente natural se coloca como uma questão para a sociedade que as ciências sociais começam a tratar do ambiente rural. Até então, segundo ele, o “meio ambiente” era uma área de conhecimento de competência das ciências naturais, sendo incorporada posteriormente nas diversas subáreas das humanidades, dentre elas, a da sociologia rural apenas recentemente. Marcel Jollivet² informa que o primeiro curso de sociologia rural de que se tem notícia foi ministrado por dois geógrafos, em 1948 e 1949, no Instituto de Estudos Políticos de Paris, antes de ser atribuído a Jean Stoetzel e posteriormente a Henri Mendras, considerados fundadores deste ramo na sociologia.

Desde o princípio, nas apostilas dos cursos de Stoetzel e de Mendras, existe uma vinculação fundamental da sociologia rural à sociologia geral. Jollivet afirma não existir uma “escola” de sociologia rural, porém, no âmbito da sociologia rural “há análises de inspirações teóricas diversas que propõem diferentes maneiras de integrar as dimensões sociológicas da atividade

¹ BRANDENBURG, Alfio. Ciências Sociais e Ambiente Rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. VIII, nº 1, p. 3-16, janeiro/junho 2005.

² JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, nº 11, p. 5-25, novembro 1998.

agrícola e do mundo rural em uma análise de conjunto da sociedade”³. Segundo o autor,

(...) se a sociologia rural, antes de tudo, é sociologia, ela pura e simplesmente se integra nas evoluções gerais – temáticas, metodológicas, teóricas – da sociologia. Isto, aliás, é patente, se se considera a sua própria história: é assim que ela, cada vez mais – ou simultaneamente – foi durkheimiana, funcionalista, culturalista, marxista, estruturalista, weberiana etc.⁴

Henri Mendras⁵ acredita que o meio rural é um campo de investigação para todas as ciências sociais, de modo que seu estudo não poderia constituir uma disciplina autônoma. Tanto a geografia, quanto a economia, história, pedagogia, psicologia, demografia, dentre outras, são áreas do conhecimento que se debruçam sob o ambiente rural com interesses de pesquisa e contribuições das mais diversas. Dessa forma, segundo Mendras, a despeito de contar com a colaboração de uma equipe de diversos/as especialistas, “como o etnógrafo, o sociólogo rural deve (...) conhecer os métodos e as técnicas de todas as outras ciências sociais”⁶.

A sociologia rural é marcada pela transversalidade e pela interdisciplinaridade, uma vez que, de acordo com Jollivet⁷, ela ambiciona integrar todas as dimensões do social – o tempo, o espaço, o local e o global –, interessando-se por todo um conjunto de aspectos da vida social que é dividido em várias especialidades da sociologia: sociologia política, da família, das religiões, dos conflitos etc. Ela é, portanto, definida pelo seu objeto, pelo seu campo de aplicação, e não por uma teoria ou uma escola de pensamento específica⁸.

A caracterização do “rural” como categoria de análise vincula-se, de certa maneira, à oposição ao “urbano”, relação típica do dualismo presente na forma de estruturar o mundo por parte da cultura Ocidental, como é o caso da dualidade presente nas categorias natureza/sociedade e tradicional/moderno,

3 JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural. p. 06.

4 JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural. p. 05.

5 Citado por JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural.

6 Citado por JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural. p. 06.

7 JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural.

8 JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural.

por exemplo. No entanto, Michel Robert⁹ esclarece que sociologia urbana e sociologia rural não configuram antíteses, pois essas duas disciplinas não são construídas uma em relação à outra, nem uma contra a outra, mas dividem entre si o espaço e seus habitantes seguindo cada uma sua rota teórica, tratando a primeira de estudar o ambiente urbano e a segunda as sociedades rurais. Do mesmo modo, as relações estabelecidas entre os dois espaços, urbano e rural, e seus habitantes, constituem-se temas de investigação em ambas as disciplinas.

O escopo deste artigo é apresentar alguns dos principais temas que se constituem como área de investigação da sociologia rural, sendo reservada uma discussão mais detalhada acerca da questão ambiental e sua relação com esta disciplina. Para tanto, o artigo foi dividido em três tópicos, além desta introdução e das partes reservadas às considerações finais e referências das fontes citadas.

Na primeira seção são analisados alguns dos fundamentos da sociologia rural, e em seguida são apresentadas e debatidas algumas das principais temáticas que compõem seu campo de análises, dentre elas, a relação entre campo e cidade, as transformações da agricultura e a questão do desenvolvimento territorial. A terceira e última seção aborda um dos temas mais recentes e, ao mesmo tempo, de maior envergadura na área da sociologia rural: a questão ambiental. O foco principal deste tópico é apresentar a evolução deste tema na sociedade, bem como discutir questões consideradas de especial importância para seu campo de estudos.

Desenvolvimento

1. Sobre o campo de estudo e as abordagens do/a pesquisador/a

O foco de análise da sociologia rural é o estudo do meio rural, que não se restringe à agricultura, uma vez que são muitas as relações sociais que se desenvolvem no ambiente rural, como, por exemplo, as relações de trabalho, de posse da terra, de criação de identidades, de interação com a natureza etc. Embora para alguns/as estudiosos/as o rural esteja em processo de

⁹ Citado por JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural.

desaparecimento à medida que a modernização e a industrialização dos espaços produtivos vão provocando modificações nas formas de organização social que têm na agricultura camponesa ou familiar suas bases fundamentais¹⁰, o meio rural é reconstituído por sujeitos diversos, possui história e características que lhes são próprias, e, como tudo o que existe – guardadas suas devidas proporções –, encontra-se em constante transformação. O ambiente rural, todavia, apresenta inúmeras variações e especificidades.

O reconhecimento e a delimitação do espaço rural varia de país para país, em função das formas efetivas de ocupação territorial, da evolução histórica e das concepções predominantes em cada um deles. Assim, em certos casos, o meio rural se caracteriza pelo habitat concentrado em um núcleo, que aglutina não somente as residências dos habitantes do campo, mas também as instituições públicas e privadas ligadas à vida local (igreja, postos bancários e de cooperativas, escolas, postos de saúde etc.)¹¹.

Além de diferir entre os países, seja pelo aspecto histórico, geográfico, cultural, político etc. de cada um, o espaço rural também pode variar, e muito, dentro de determinado país. No caso da França¹², berço da sociologia rural, a questão rural tem grande proeminência em relação a outros países europeus de capitalismo avançado, como a Alemanha e a Inglaterra, por exemplo. Em função do contexto social e das transformações ocorridas ao longo da história, a questão rural na França durou mais tempo em relação aos outros países de capitalismo central cujo processo de industrialização e de intensa urbanização, especialmente, acabou ofuscando o rural, tido como atrasado e em vias de desaparecer.

¹⁰ BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIII, nº 2, p. 417-428, julho/dezembro 2010.

¹¹ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, nº 15, p. 87-145, outubro 2000. p. 89.

¹² As reflexões a seguir, relacionadas à questão rural na França, são oriundas de exposição e discussões em sala de aula, da disciplina “Ruralidades e Conflitos Socioambientais” ministrada pela professora Maria Aparecida de Moraes Silva e pelo professor Rodrigo Constante Martins, ambos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos, especialmente da aula reservada à discussão dos textos de Marcel Jollivet: “*Des campagnes paysannes au rural << vert >>: naissance d’une ruralité postindustrielle*” e “*Pour une science sociale à travers champs: paysannerie, ruralité, capitalisme*”.

No caso francês a questão rural foi historicamente tratada como rural agrícola, e a sociologia contribuiu para isso, principalmente sob a influência de Henry Mendras. Após o fim da Segunda Guerra Mundial a sociedade francesa, convencida da importância estratégica de assegurar a produção de alimentos como forma de garantir a soberania nacional e o suprimento necessário em períodos de guerras e ataques estrangeiros, pressionou o Estado para que este investisse na produção e no desenvolvimento da agricultura.

Desta forma, pode-se dizer que o rural na França passou por uma construção política, onde o campesinato francês e suas organizações tiveram papel político acentuado. Tanto o agrarismo de direita, com forte inspiração católica, quanto o agrarismo laico – principais vertentes agrárias francesas –, possuem relação intensa com o Estado nacional, sendo que, por meio da constante pressão pela obtenção de direitos e incentivos financeiros, essas correntes têm garantido a presença do Estado no desenvolvimento da agricultura, no fortalecimento da produção e da comercialização, bem como na proteção social da agricultura familiar.

No caso do Brasil – assim como de outros países do continente americano que foram formados sob a égide do colonialismo –, partindo-se do pressuposto de que o tema da ruralidade não pode ser tratado sem que se recorra à história de ocupação do território, de suas formas sociais de produção e de organização social, Brandenburg¹³ afirma que o país foi formado socialmente sob o signo da grande propriedade, ainda que a partir da transição do período colonial para o agrário exportador a pequena propriedade gradualmente tivesse conquistado seu espaço (por menor que fosse), sendo o agricultor familiar socialmente reconhecido como categoria. Sobre a construção do rural no Brasil:

As grandes propriedades foram, sem dúvida, as responsáveis por grandes espaços vazios no meio rural. Em primeiro lugar, pela concentração da moradia dos escravos, parceiros, colonos, meeiros e agregados nas suas sedes e, em segundo, pelo caráter absenteísta dos seus proprietários. Mas, na medida em que surgem as cidades, os centros urbanos, a categoria de fazendeiros (grandes proprietários) tem o rural apenas como atividade econômica ou de lazer e não como espaço de vida. Assim, pode-se afirmar que foram

¹³ BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental.

os pequenos proprietários, camponeses ou agricultores familiares que tradicionalmente expressam um modo de vida distinto da vida urbana, os grandes personagens da construção do rural¹⁴.

Outra característica nacional importante, no que diz respeito à questão rural, é a presença da maior floresta tropical do mundo, que possui variada fauna e flora, reservas minerais importantes, extenso sistema fluvial e grande variedade cultural, com a presença de populações indígenas, povos ribeirinhos e extrativistas. A floresta amazônica, assim como outras áreas de floresta espalhadas ao longo do extenso território brasileiro, apresenta relações sociais e ambientais diversificadas e complexas, identidades culturais únicas, além de ser palco de inúmeros conflitos e disputas de projeto desenvolvimentista a nível regional, nacional e internacional.

À medida que no caso da França Juillard indica três tipos de evolução possíveis da questão rural:

Em primeiro lugar, as cidades que permaneceram rentistas do solo; o controle da estrutura fundiária por proprietários que vivem na cidade reproduz uma relação de “parasitagem” com o meio rural. Em segundo lugar, a cidade ou complexo industrial que cresceu sem laço orgânico com o meio rural que o envolve, esterilizando-o em vez de fecundá-lo. Finalmente, em terceiro, a cidade que associa sem ruptura o campo a seu próprio desenvolvimento¹⁵.

Ao analisar a evolução do rural no Brasil, Brandenburg¹⁶ destaca a existência de três rurais na história recente do país: o rural tradicional, o rural moderno e o rural socioambiental.

O rural tradicional, cujo modo de vida camponês, ligado a tradições antigas e pouco influenciado pelo estilo de vida do “mundo moderno”, permanece, por um lado, devido a grande distância dessas comunidades dos centros urbanos. Por outro lado, essa permanência também está associada à defesa de identidades vinculadas a um estilo de vida que não coincide com a lógica que define a racionalidade moderna, que se pretende única e universal. É o caso dos povos originários e de comunidades tradicionais que seguem existindo a partir de uma determinada matriz de racionalidade que age nas

¹⁴ BRANDENBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. p. 417-418.

¹⁵ Citado por WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade no Brasil. p. 90.

¹⁶ BRANDENBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental.

circunstâncias por meio de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico¹⁷, a despeito da contínua imposição – na maioria das vezes de forma violenta – de um modo homogeneizante de pensar e de ser pelo sistema econômico dominante.

No caso do rural moderno, é observado um gradativo rompimento de uma vida econômica e social centrada na vida comunitária rural, onde a prática de substituição de artefatos tradicionais por industriais torna-se recorrente. O processo de modernização é alavancado pelo Estado, sob o regime militar, principalmente a partir da década de 1970, que estimula as unidades de produção agrícola – em especial as grandes propriedades – a reorganizarem os sistemas de produção, tornando-os mais competitivos nos parâmetros internacionais, mecanizando a produção e liberando mão de obra, o que acarretou num processo de reorganização social e maior precarização da vida no campo.

O rural socioambiental, por sua vez, “é o rural em que o tradicional não é simplesmente substituído pelo moderno, mas é ressignificado, assim como a natureza é revalorizada e, juntamente com as questões ambientais, passa a ser tratada como uma política pública”¹⁸. Diferentemente do rural moderno, o rural socioambiental não constitui um projeto do Estado, é, na realidade, “um projeto advindo do cotidiano, do mundo da vida dos agricultores e de agentes de desenvolvimento com essa visão de mundo”¹⁹.

Para o autor, portanto, para que se possa compreender o rural brasileiro é necessário levar em conta tanto os diferentes tempos de ruralidade quanto os diferentes espaços, uma vez que coexistem na contemporaneidade “diferentes rurais”. É fundamental escapar da abstração teórica, da generalização de resultados de estudos, para que se possa compreender de forma adequada o objeto pesquisado e, segundo Brandenburg²⁰, evitar o risco de se ver intensificado o processo de exclusão social, empobrecimento e êxodo rural.

¹⁷ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A. E. (Org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

¹⁸ BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. p. 423.

¹⁹ BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. p. 426.

²⁰ BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental.

Nesse sentido, resgatando Mendras, o trabalho etnográfico do pesquisador que atua na sociologia rural é fundamental.

Pierre Bourdieu, que foi para a Argélia durante o período da guerra de libertação da dominação colonial francesa (1954-1962), ao analisar a situação da população local, num ambiente essencialmente agrário, rompeu com a filosofia e passou a olhar as transformações sociais em curso sob a lente da sociologia e da etnografia multissituada. A pesquisa de campo empreendida por Bourdieu culminou na obra, em português, “O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais”, na qual o autor procura compreender, dentre outras, duas questões fundamentais: quais os mecanismos e efeitos da passagem de uma economia pré-capitalista para uma economia capitalista, e como essa passagem se manifesta na consciência e nas categorias mentais dos agentes (em particular na sua concepção de tempo e conduta emocional)²¹.

Para tanto, Bourdieu conta com uma ferramenta de análise, cunhada por ele, denominada *habitus*, que considera a introjeção das estruturas sociais na consciência dos sujeitos, mas que não apresentam uma postura passiva frente a isso, havendo uma reação por parte destes. Desse modo, sujeitos de determinada realidade desenvolvem sua consciência e pautam suas ações com base nas experiências vivenciadas e, da mesma forma, respondem às transformações criando novas realidades.

Ao procurar responder às questões colocadas no período de grandes transformações na sociedade argelina, Bourdieu²² criticou a imposição de uma pretensa racionalidade econômica pelos teóricos do capitalismo que desconsideraram completamente disposições temporais e espaciais em prol de um ordenamento social orientado para o lucro, pelo dinheiro, pela competição, pelo individualismo, enfim, pelos princípios que regem o sistema capitalista.

²¹ BOURDIEU, Pierre. O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

²² BOURDIEU, Pierre. O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais.

Bourdieu²³ descarta a ideia de que o sujeito dos atos econômicos seja o *homo economicus*, para ele quem faz a economia é o “homem” real.

Ao mesmo tempo que na economia pura a conduta econômica é orientada pelo lucro, pela busca de vantagens individuais, na pré-capitalista é orientada por valores sociais, pela tradição. Portanto, ignorar as diferenças e generalizar as análises, tal como acontece, ordinariamente, no processo de modernização do campo, contribui sobremaneira tanto para a degradação da sociedade rural quanto para a concepção de um determinismo teórico que não consegue ir além da teleologia abstrata de um único modo de pensar, ignorando outras experiências e formas de viver e de se relacionar.

2. Algumas das principais temáticas estudadas na sociologia rural

O rural, como expressão concreta no espaço e nas sociedades, passou a ser analisado sob outro termo a partir da década de 1980. Conforme aponta Biazzo²⁴, a ideia de ruralidade surge no contexto de reapropriação do rural e construção de uma identidade, pois, para muitos autores, a ruralidade é a maneira de viver o rural, que varia em função do contexto no qual se analisa, e por meio do qual se questiona sobre como a diversidade dos sujeitos sociais vivenciam seu espaço. Estes sujeitos sociais, que tradicionalmente expressam um modo de vida distinto da vida urbana, enxergam a si mesmos e o mundo à sua volta, conforme destaca Wanderley²⁵, através do rural como forma de vida, carregado de especificidades e representações. Dessa maneira, a questão rural ganhou um viés cultural muito forte, que não pode ser ignorado ou deixado em segundo plano dentro da noção de ruralidade.

O rural não é um universo isolado, interage com outras esferas sociais e passa por processos de transformações constantes, sobretudo a partir do último quarto do século XX. A categoria ruralidade expressa um rural moldado

²³ BOURDIEU, Pierre. O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais.

²⁴ BIAZZO, Pedro Paulo. Considerações sobre as Categorias Rural e Ruralidade em suas Dimensões de Conhecimento. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro. 1º semestre de 2008.

²⁵ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade no Brasil.

socialmente²⁶, contempla uma diversidade de situações e combinações existentes num meio rural que passa por processos de transformação e ressignificação constantes. Dentro do conceito de ruralidade, que expressa um rural complexo e em movimento, uma série de temas são colocados.

Ao analisar a sociedade francesa Marcel Jollivet²⁷ esquematizou cinco principais temas que passaram a ser constantemente debatidos pelos/as sociólogos/as rurais: oposição cidade/campo, transformações da agricultura, lugar dos camponeses e agricultores na estrutura social e vida política do país, desenvolvimento local e, por último, meio ambiente.

O tema da relação entre cidade e campo, de acordo com Jollivet²⁸, é um velho tema acadêmico que remete a antigas reflexões dos/as geógrafos/as e dos/as historiadores/as, isto é, antes do surgimento da sociologia rural. Quando retomado no pós-guerra, esse tema passou a se relacionar com as preocupações sociopolíticas, sobretudo dos países europeus em processo de reconstrução, industrialização e modernização – como é o caso da França –, com o intuito de saber se, e como, o campo se adaptaria às mudanças em curso²⁹.

De forma geral, alguns fatores contribuíram para acentuar essa dicotomia. Tendo como pressuposto que toda cidade foi/é construída sobre um espaço campestre, ou seja, a urbanização é uma transformação humana de um ambiente natural, algumas pressuposições de caráter evolucionista culminaram na crença do atraso do ambiente rural, tido como natural, em oposição à modernidade presente no espaço urbano, artificialmente construído pelo engenho humano.

A concentração de pessoas nas cidades facilitou a propagação de usos e costumes, o desenvolvimento do mercado capitalista, o avanço tecnológico, dentre outras situações que contribuíram para o aumento das disparidades entre cidade e campo. Por longo período de tempo as mudanças se processaram com uma velocidade muito maior nas cidades, enquanto que no

²⁶ BIAZZO, Pedro Paulo. Considerações sobre as Categorias Rural e Ruralidade em suas Dimensões de Conhecimento.

²⁷ JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural.

²⁸ JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural.

²⁹ JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural.

campo as mudanças eram pouco sentidas; no entanto, os acelerados processos de modernização experimentados no campo, sobretudo a partir do último quarto do século XX com a “revolução verde”³⁰, somados a centralidade que a questão ambiental tem ganhado, geraram maiores questionamentos sobre a oposição cidade/campo e a proposição de formas para tentar equacionar essa situação de uma vez por todas.

A questão das transformações da agricultura aborda, segundo Jollivet³¹, não só o estabelecimento agrícola ou o trabalho do agricultor, mas também, levando em consideração o laço estreito entre o estabelecimento rural e a família, a própria transformação da família agrícola. A questão do produtivismo agrícola, isto é, o trabalho no campo como forma de valorização do capital, modernizado e tornado cada vez mais “eficiente” sob este parâmetro, se constitui como um grande tema na área da sociologia rural, seja na perspectiva dos/as teóricos/as do capital, que estudam formas para ampliar os lucros de empreendimentos rurais, seja nas análises que procuram discutir e combater a degradação social dos/as trabalhadores/as e da natureza no contexto de dominação capitalista.

No caso do lugar que os/as camponeses/as e agricultores/as ocupam na estrutura social e política Jollivet³² esclarece que, além de ser pano de fundo das transformações em curso, no caso da França “ela é claramente colocada pelos líderes do movimento social dos ‘jovens agricultores’ e por aqueles que se poderia chamar de seus ‘intelectuais orgânicos’”. Em relação ao Brasil, muitos movimentos sociais e, do mesmo modo, seus intelectuais orgânicos ou que pesquisam tais movimentos, denunciam as diversas formas de exploração e degradação do ambiente rural e seus sujeitos, bem como lutam por condições melhores de vida e de trabalho e por reconhecimento do Estado.

³⁰ Base técnica sobre a qual o capital industrial assentou suas relações com a agricultura no curso do século XX. No Brasil, a chamada Revolução Verde caracterizou-se fundamentalmente pela prática de uma agricultura altamente especulativa, voltada para o cultivo contínuo de produtos com maiores níveis de rentabilidade (SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MARTINS, Rodrigo Constante. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, nº 24, p. 196-240, maio/agosto 2010).

³¹ JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural.

³² JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural. p. 08.

De acordo com Brandenburg³³ é somente após a modernização conservadora da agricultura, fortemente subsidiada pelo Estado, que são observadas manifestações de contestação ao padrão técnico e econômico implementado pelas políticas agrícolas. O autor prossegue afirmando que isto ocorre porque em toda a história brasileira jamais se presenciou um processo de exclusão social de tamanha expressão, de trabalhadores/as, pequenos/as agricultores/as e camponeses/as de modo geral. Destarte, é a partir da intensa modernização agrária que grupos organizados começam a questionar o padrão de desenvolvimento fundamentado na primazia da razão instrumental³⁴. Dentre estes movimentos (grupos organizados), pode-se destacar aqueles que lutam pela reforma agrária, associados com a agricultura familiar, cooperativismo popular, agroecologia, ambientalismo, indígenas³⁵, dentre outros.

Na perspectiva dos movimentos sociais, normalmente assentada no estabelecimento de relações contrárias à lógica capitalista, em busca de outro tipo de desenvolvimento para a sociedade, a questão do desenvolvimento territorial, ou local, tem adquirido um papel de destaque. A ideia de desenvolvimento territorial está relacionada, embora não explicitamente, ao caráter coletivo do desenvolvimento “de baixo para cima”, pela capacidade de gerar um processo de construção de poder comunitário com potencial para estender à esfera pública as suas necessidades e, desta forma, promover um desenvolvimento aliado às características próprias de determinada comunidade, seja ela rural ou urbana.

Para Boisier³⁶ a espacialização ou territorialização ganha destaque quando se trata da questão do desenvolvimento pelo fato de ser no “local” que a vida se desenvolve em todas as suas dimensões. Nesse sentido, o controle

³³ BRANDENBURG, Alfio. Ciências Sociais e Ambiente Rural: principais temas e perspectivas analíticas.

³⁴ BRANDENBURG, Alfio. Ciências Sociais e Ambiente Rural: principais temas e perspectivas analíticas.

³⁵ Os movimentos indígenas, no entanto, sempre questionaram a racionalidade moderna que conforma as bases desse processo de “desenvolvimento”, desde a chegada dos primeiros invasores europeus no continente americano. A maior diferença é que, no contexto mais atual, as formas de luta e resistência dos povos tradicionais passaram a ganhar maior visibilidade no âmbito do pensamento social crítico.

³⁶ BOISIER, Sergio. “Desarrollo (Local): ¿De Qué Estamos Hablando?”, Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local. Compilado por Oscar Madoery y Antonio Vázquez Barquero (eds.), Rosario: Editorial Homo Sapiens, 2001.

do território é necessário não apenas para garantir as condições objetivas que proporcionam a sobrevivência e o bem-viver de indivíduos e agrupamentos sociais, mas também para que as dimensões subjetivas possam existir e se desenvolver – as diferentes identidades, manifestações culturais etc. Por esse motivo o controle irrestrito do território compõe um eixo central na luta de movimentos sociais ligados, sobretudo, a grupos vinculados ao ambiente rural, como é o caso de movimentos de trabalhadores/as, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, e de movimentos indígenas, como o movimento zapatista no México.

Além de propiciar a cooperação entre as pessoas, seja no aspecto produtivo, seja em outras dimensões da vida, a perspectiva do desenvolvimento territorial tem sido considerada de suma importância para tentar garantir a efetividade de políticas públicas tendo em vista a grande heterogeneidade dos ambientes rurais, as diferentes identidades e a diversificação das atividades produtivas. Para Brandenburg³⁷ desconsiderar as diferenças do rural brasileiro pode resultar em equívocos no que tange às políticas de intervenção, daí a necessidade de estudos localizados. Martins³⁸ relata que essa perspectiva tem sido partilhada por vários estudiosos da temática rural na Europa.

Seja apontando a pertinência de novos recortes espaciais para a apreensão da dinâmica das economias locais (MARDSEN *et al*, 1993), seja sugerindo análises sobre as possibilidades de governança da diversidade de interesse em maturação no mundo rural (GOODWIN, 1998), existe um pressuposto geral de que não há padrões ou modelos a serem apontados para o desenvolvimento local; tal desenvolvimento deve ser construído com base nas demandas e características locais, tendo como referência àquelas variáveis externas que encerram as relações da localidade em totalidades mais amplas de produção de valor³⁹.

Ainda sobre o continente europeu, em 1991 a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) criou os programas LEADER (Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) tendo como

³⁷ BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental.

³⁸ MARTINS, Rodrigo Constante. Ruralidade e Regulação Ambiental: notas para um debate político-institucional. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 43, nº 2, p. 249-266, abril/junho 2005.

³⁹ MARTINS, Rodrigo Constante. Ruralidade e Regulação Ambiental: notas para um debate político-institucional. p. 253.

base a perspectiva de construção local do desenvolvimento e como propósito a dinamização de áreas rurais classificadas como “menos favorecidas”⁴⁰.

Todo esse debate europeu sobre a nova ruralidade e sobre formas agrícolas de exploração naturais vem influenciando, segundo Martins⁴¹, a discussão sobre alternativas de desenvolvimento para áreas rurais no Brasil, algumas voltadas, inclusive, para atividades rurais sem vínculos com a produção agrícola. Campanhola e Silva⁴² sugerem que é demandado, pelo que denominam de “novo rural brasileiro”, o surgimento de instâncias institucionais descentralizadas que possibilitem a participação das comunidades locais no planejamento e na gestão dos recursos humanos, econômicos e ambientais do território; ou seja, solicitam a autodeterminação, que nada mais é do que capacidade de conduzir o próprio futuro.

Deste modo, é fundamental compreender a localidade, toda a sua complexidade ambiental, social (que inclui, dentre outras coisas, aspectos históricos e culturais) e econômica, o que faz retomar as considerações de Henri Mendras⁴³ – presentes no início do artigo –, sobre a necessidade da interdisciplinaridade e transversalidade de diversas áreas do conhecimento para análise e compreensão do universo rural.

Outras questões, ou temas, também estão inseridos no campo de estudo da sociologia rural, como é o caso dos movimentos messiânicos analisados por Maria Isaura Pereira de Queiroz. A pesquisadora destaca a importância dos movimentos messiânicos, os quais, vinculados à vida rural do país, são conhecidos desde o início do século XIX e continuaram existindo no século XX⁴⁴. Contando com figuras importantes na construção histórica do país, muitos movimentos messiânicos continuam vivos no ideário coletivo, aparecendo constantemente na cena cultural nacional e servindo como objeto de estudo a pesquisadores/as. É o caso, por exemplo, da célebre Canudos,

⁴⁰ MARTINS, Rodrigo Constante. Ruralidade e Regulação Ambiental: notas para um debate político-institucional.

⁴¹ MARTINS, Rodrigo Constante. Ruralidade e Regulação Ambiental: notas para um debate político-institucional.

⁴² Citado por MARTINS, Rodrigo Constante. Ruralidade e Regulação Ambiental: notas para um debate político-institucional.

⁴³ JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural.

⁴⁴ PEREIRA de QUEIROZ, Maria Isaura. O Messianismo no Brasil e no Mundo. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

fundada por Antônio Conselheiro, e de Juazeiro do Ceará, cuja história está intimamente ligada à figura do Padre Cícero, ambos contemporâneos e relacionados à região nordeste.

Apesar da contemporaneidade dos temas relacionados e de outros, tal qual a noção de rural como categoria simbólica da representação que a sociedade constrói sobre si mesma ou os processos de socialização no campo, que por razões metodológicas e de abrangência do estudo acabaram não sendo pautados, a questão ambiental tem ganhado destaque crescente na sociologia rural.

Para Jollivet⁴⁵ a questão do meio ambiente é recente, embora muitos de seus antecedentes possam ser encontrados na sociologia rural, como é o caso, por exemplo, das preocupações da indústria e suas poluições, dos recursos naturais renováveis, da qualidade dos produtos agrícolas etc. Jollivet⁴⁶ aponta que os/as “ruralistas” – neste caso, referindo-se a pesquisadores/as que se debruçam sobre o rural – no campo das ciências sociais, e em particular os/as sociólogos/as, foram os/as primeiros/as a se interessar por essas questões. O surgimento do tema ambiental como discurso social e como construção teórica dentro da sociologia rural é analisado no tópico seguinte.

3. A questão ambiental entra em cena

Segundo o intelectual mexicano Enrique Leff⁴⁷ os efeitos do processo de reprodução do capital sobre a degradação do meio ambiente se converteram num dos maiores problemas políticos e econômicos de nosso tempo. No início do século XX uma série de inovações tecnológicas e organizacionais impulsionou o processo de produção em massa de mercadorias, o que, por sua vez, provocou o surgimento de uma sociedade de consumo em massa. Essa situação começou a agravar os danos ao ambiente, sendo que o desperdício de recursos naturais não renováveis, a poluição crescente, a utilização de tecnologias predatórias da natureza, entre outros malefícios associados à

⁴⁵ JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural.

⁴⁶ JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural.

⁴⁷ LEFF, Enrique. *Ecología y Capital: Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable*. México D.F.: Siglo XXI editores, 2010.

industrialização promovida pelo modo capitalista de produção e intensificados após o fim da Segunda Guerra Mundial, fizeram emergir críticas que passaram a incorporar as questões ambientais de forma mais contundente.

Toda essa situação de descontentamento acabou explodindo no final da década de 1960, o que culminou numa onda de insurreições, protestos contestatórios e revoluções culturais que ecoam até os dias de hoje. Nesse contexto, de questionamento do capitalismo e descontentamento com o modelo de socialismo existente, surge uma série de movimentos culturais e étnicos assentados numa nova visão do social, da sua relação com o econômico e da relação do ser humano com o meio ambiente.

O processo de tomada de consciência ecológica, isto é, a percepção de que o planeta está sendo permanentemente influenciado pela ação humana, começou, de acordo com Bernardes e Ferreira⁴⁸, quando se tornou notório o caso da Baía de Minamata, no sul do Japão. No final da década de 1950, período no qual o país passava por intenso processo de industrialização, muitas mulheres começaram a dar a luz a crianças com o cérebro danificado em virtude da ingestão de peixes contaminados.

Somando-se a isto, o aumento da poluição nos grandes centros urbanos e os recorrentes “acidentes” ambientais retratados com maior frequência na mídia, tais como derramamento de petróleo e demais produtos químicos nos oceanos, vazamentos de gases tóxicos e acidentes nucleares, impulsionaram uma tomada de consciência ambiental num maior número de pessoas e a organização social em defesa do meio ambiente. Assim, associações de moradores, naturalistas, cientistas, estudantes e outros grupos sociais começaram a se organizar com a finalidade de impedir a degradação de seus locais de moradia e trabalho. Do mesmo modo, começaram a surgir ONGs (Organizações Não Governamentais) – cujo nascimento é um fator marcante desde o final dos anos de 1960 – com o objetivo pressionar Estados e

⁴⁸ BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra Batista e GUERRA, José Teixeira (Orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2005.

iniciativas privadas a interromperem processos predatórios e a promoverem medidas de proteção do meio ambiente⁴⁹.

Em meio a essa tomada de consciência ambiental passa a ser construído um mito sobre o retorno à natureza; há um reencantamento da natureza e, decorrentemente, do rural. O espaço urbano, artificial, poluído, caótico, deixa de ser, em muitos casos, visto como desenvolvido, e, ao contrário, começa a ser relacionado com desordem, com um modo de vida danoso aos seres humanos, pouco propício ao desenvolvimento da vida biológica e que coloca em risco a existência do planeta. As populações tradicionais, indígenas, ribeirinhas, comunidades extrativistas etc., que vivem de forma equilibrada com a natureza, numa verdadeira relação simbiótica com o ambiente em que vivem, começam a ter seu modo de vida valorizado e, aos poucos, a ganhar reconhecimento da sociedade civil e do Estado, que passa a criar Leis – todavia insuficientes e constantemente ameaçadas pela voracidade do capital – com o intuito de garantir certos direitos associados à proteção cultural dessas populações.

Segundo Martins, num contexto em que a aceleração do ritmo de vida urbano promove condições de crescente depreciação da qualidade de vida, “tem sido atribuído ao campo uma dimensão de revigoração das relações entre indivíduo e natureza, com o culto das formas ecológicas e das raízes culturais das comunidades rurais”⁵⁰. Deste modo, a questão ambiental começa a ser construída em torno do rural.

Na França, país no qual a onda de protestos marcou o levante social que se convencionou chamar “maio de 1968”, a sociedade passou a incorporar a questão ambiental no rural a partir do último quarto do século XX. Na década de 1970 tem início a criação de “cinturões verdes”⁵¹; a proteção da natureza surge como uma resposta às demandas dos grandes centros urbanos e a natureza passa a ter um valor intrínseco, de tal modo que o rural deixa de estar

⁴⁹ BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e Natureza.

⁵⁰ MARTINS, Rodrigo Constante. Ruralidade e Regulação Ambiental: notas para um debate político-institucional. p. 254-255.

⁵¹ São áreas verdes de ambiente natural, com mata nativa, reflorestada e/ou de uso agrícola diversificado, que estão ao redor ou nas vizinhanças de uma região urbanizada, sendo integradas de modo a formar um corredor ecológico e interligar as suas biodiversidades.

preso unicamente à exploração econômica. O interesse em estabelecer um contato mais próximo com a natureza favorece a aproximação das populações urbanas em relação ao campo, principalmente por meio das inúmeras variedades de turismo rural que começam a surgir.

Em grande parte da Europa a demanda de consumidores/as para que os produtos sejam fabricados de modo a conferir o menor dano possível ao ambiente tem pressionado as empresas a adotarem práticas mais corretas do ponto de vista ambiental, ou, quando muito, preocuparem-se em transmitir a imagem de um empreendimento “amigo da natureza”. Em consonância a essa necessidade empresarial surge, na década de 1990, uma série de normas (ISO 14.000) desenvolvidas pela *International Organization for Standardization* (ISO) com o objetivo de estabelecer diretrizes sobre a área de gestão ambiental dentro das empresas.

Os selos de certificação, que surgiram na França, inicialmente no seio da igreja católica para fortalecer os agricultores, atualmente evoluíram para certificar produtos que não causam danos ambientais. Selos de certificação de origem, que usualmente aparecem com a sigla DOC (Denominação de Origem Controlada) são destinados a um produto cuja fabricação, transformação e elaboração ocorram numa área geográfica delimitada com técnica e métodos reconhecidos e verificados. Deste modo, o caráter de reconhecimento e de exclusividade confere certa proteção e vantagem aos produtores/as, em relação, por exemplo, à concorrência com produtos de origem estrangeira.

O sistema de denominação de origem controlada é largamente utilizado na França para certificar, dentre outros produtos de origem agrícola, bebidas produzidas a partir da uva, como é o caso de vinhos, champanhe e conhaque, sendo, a produção dos dois últimos, internacionalmente reconhecida como restrita a determinadas áreas do território francês. O surgimento da certificação para produtores/as que respeitam as normas ambientais vai de encontro ao anseio social pela preservação do meio ambiente e, do mesmo modo, é utilizada pelo mercado produtor para “abrir portas”, atingir novos nichos de consumo e agregar mais valor aos produtos comercializados.

Em relação ao Brasil, Alfio Brandenburg⁵² diz que o meio ambiente emerge como uma questão na agricultura após o início do processo de modernização ancorada no ideário da “revolução verde” na década de 1970. Para Brandenburg⁵³ o rural ecologizado, com estilo de vida redefinido e que se opõe ao estilo padrão massificado, surge por obra de agricultores familiares, neo-rurais de origem camponesa que retornam ao campo e que podem ser considerados protagonistas do que se convencionou chamar de novo rural. Deste modo, ao contrário do rural modernizado, o projeto de um rural ecologizado não constitui um plano do Estado ou de políticas governamentais, isto é, não é oriundo do sistema “Estado e mercado”, mas é um projeto advindo do cotidiano, do modo de vida dos/as agricultores/as e de agentes de desenvolvimento com essa visão de mundo, “porque traz na matriz uma reação à dominação exclusiva da racionalidade instrumental do projeto modernizador excludente”⁵⁴.

De acordo com Brandenburg⁵⁵ os sujeitos do ecologismo, todavia, não se resumem aos/as produtores/as agrícolas, uma vez que outros/as personagens da reconstrução do rural, relacionados/as a serviços de turismo rural e da conservação da natureza, por exemplo, redesenham uma nova paisagem do rural moldada por um cenário de sujeitos com projetos de “ecologização”, os quais incluem formas de produzir e estilos de vida diferenciados de padrões dominantes da sociedade moderna. A essa reação ao projeto modernizador excludente, segundo o autor⁵⁶, associa-se uma demanda crescente da população urbana por um “consumo verde”, de tradições e de uma atitude de precaução ao risco.

E é justamente essa confluência de forças que dinamiza o surgimento do rural ecologizado e de novos sujeitos mediando as relações

⁵² BRANDENBURG, Alfio. Ciências Sociais e Ambiente Rural: principais temas e perspectivas analíticas.

⁵³ BRANDENBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental.

⁵⁴ BRANDENBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. p. 426.

⁵⁵ BRANDENBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental.

⁵⁶ BRANDENBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental.

sociedade/natureza. Nesse sentido, Martins⁵⁷ considera que a relação sociedade/natureza é regulada menos por ações institucionais do que pelas disputas entre grupos e classes sociais em busca da hegemonia nas formas de uso e apropriação dos recursos.

Nesta perspectiva, do ponto de vista analítico, os processos ecológicos circunscritos aos ambientes de produção de valor adquirem um conteúdo histórico que ultrapassa a simples condição de base biofísica dos processos de acumulação. Deste conteúdo histórico são parte as ações institucionais de política ambiental que refletem tanto as pressões de setores da sociedade civil em prol das modernas causas ambientais, bem como a força política dos grandes grupos econômicos sobre setores distintos da administração pública⁵⁸.

No campo da epistemologia das ciências Enrique Leff⁵⁹ discute a relação sociedade/natureza. Desde a constituição da questão ambiental como tema fundamental de estudos nas ciências sociais a relação sociedade/natureza tem sido referenciada por meio do instrumental teórico da ecologia política. Tendo como principal foco de análise a influência da sociedade na geração ou exacerbação de problemas ambientais, a ecologia política acaba incidindo na separação entre sociedade e natureza. Embora bastante eficiente para conscientização social acerca da necessidade da preservação ambiental, a abordagem da ecologia política sobre a relação sociedade/natureza é insuficiente para explicá-la, pois carece de dimensão histórica.

Segundo Leff⁶⁰ é fundamental uma conceitualização adequada sobre os modos de inscrição dos processos naturais nos processos sócio-históricos, pois o conhecimento científico das relações sociedade/natureza implica na necessidade de apreender suas dependências mútuas e suas diferentes formas de intermediação a partir dos objetos de conhecimento específicos das ciências constituídas nos campos das ciências naturais e sociais. Assim, nem a

⁵⁷ Citado por SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MARTINS, Rodrigo Constante. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, nº 24, p. 196-240, maio/agosto 2010.

⁵⁸ SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MARTINS, Rodrigo Constante. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. p. 199-200.

⁵⁹ LEFF, Enrique. *Ecología y Capital: Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable*.

⁶⁰ LEFF, Enrique. *Ecología y Capital: Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable*.

articulação entre o natural e o histórico pode ser fundada numa categoria ontológica da natureza que engloba ambos os níveis de materialidade, nem a materialidade do social pode ser reduzida às leis físicas e biológicas do real.

Para Leff⁶¹ a relação entre sociedade e natureza deve ser abordada sob o viés do materialismo histórico, cujo instrumental analítico, centrado na figura do trabalho como categoria fundamental, integra as relações sociedade/natureza numa perspectiva histórica. De acordo com ele,

Estas teorías fracasan en su imposibilidad de aprehender la especificidad de los procesos históricos y de los efectos que han inducido en la naturaleza mediante la racionalidad (económica, política, cultural) del uso de los recursos y de los procesos productivos de una formación social determinada. Más aún, son incapaces de incorporar las condiciones ambientales del desarrollo sustentable al análisis de las relaciones sociales y técnicas de producción y al desarrollo de las fuerzas productivas, para transformar la racionalidad económica dominante y evitar su reducción al dominio de una ecología generalizada⁶².

Para que se possa avançar na compreensão do binômio sociedade/natureza é preciso compreender quais são as determinações históricas da natureza no capitalismo, pois, segundo Leff⁶³, o processo de produção material, de acumulação e expansão do capital condiciona o funcionamento, a evolução e a estruturação dos ecossistemas, bem como as formas técnicas de apropriação da natureza. *“De esta manera, los procesos ecológicos y la transformación de la naturaleza se inscriben en la dinámica del capital”⁶⁴.*

Tendo por referência os termos de tal análise, é possível compreender as múltiplas determinações do rural: as motivações por trás das ações dos diversos sujeitos implicados, as relações socioambientais, os processos de transformação em curso etc. Assim, a partir da dimensão socioambiental inserida na dinâmica capitalista é possível analisar concretamente os

⁶¹ LEFF, Enrique. Ecología y Capital: Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable.

⁶² LEFF, Enrique. Ecología y Capital: Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. p. 124-125.

⁶³ LEFF, Enrique. Ecología y Capital: Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable.

⁶⁴ LEFF, Enrique. Ecología y Capital: Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. p. 139.

fenômenos do agronegócio, a persistência do grande latifúndio e a difusão da monocultura, da exploração do trabalho no campo, a exclusão social, degradação ambiental, bem como suas formas de resistência, numa perspectiva temporal – como processo histórico –, e analisar formas para proposição e implementação de um desenvolvimento rural ancorado na noção de sustentabilidade.

Sobre as condições necessárias para alavancar um desenvolvimento com ênfase socioambiental, para Brandemburg⁶⁵ compete às políticas públicas considerar os sujeitos do rural que se contrapõem a um movimento excludente do sistema social, com suas lógicas e práticas sociais distintas, no sentido de potencializar a ação de grupos que reconstróem um “rural novo”, um rural ecologizado. Ainda sob o ponto de vista institucional, Martins⁶⁶ diz ser fundamental que haja articulação entre políticas ambientais regulatórias e políticas agrícolas e agrárias fortemente comprometidas com a justiça fundiária, a geração de tecnologias limpas e a definição de metas socioambientais.

Considerações Finais

O estudo sistemático de todos os aspectos relacionados à vida social no campo passou a contar uma disciplina de referência quando a sociologia rural foi criada como um ramo da sociologia geral a partir da segunda metade do século XX. Surgida na França e, portanto, inicialmente estruturada para tratar das questões pertinentes à sociedade francesa, é de fundamental importância que pesquisadores e pesquisadoras que desenvolvem estudos no âmbito da sociologia rural se dediquem à tarefa de contextualizar os referenciais teóricos e metodológicos utilizados para a realização da investigação empírica e análise crítica dos fenômenos abordados de acordo com a realidade observada.

Estudar o rural sob um viés sociológico requer análise criteriosa das múltiplas determinações que compreendem o fenômeno social observado, quer dizer, que se leve em consideração os aspectos históricos, culturais, geográficos etc. relacionados ao campo pesquisado, bem como as

⁶⁵ BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental.

⁶⁶ MARTINS, Rodrigo Constante. Ruralidade e Regulação Ambiental: notas para um debate político-institucional.

características próprias dos sujeitos sociais implicados e as relações internas e externas estabelecidas por esses sujeitos. Partindo-se dessa perspectiva é que surge o conceito de ruralidade, que expressa um rural complexo e em movimento. E, para apreender o campo de forma ainda mais apropriada, há que se considerar o termo no plural, i. é., ruralidades, para que se possa considerar toda a sua diversidade e os inúmeros conflitos existentes.

A questão do conflito, por sua vez, possui um papel central, pois perpassa pelas articulações estabelecidas entre os diferentes sujeitos, projetos de vida, relações construídas com o ambiente, criação e implementação de políticas públicas e assim por diante. As diferentes ruralidades coexistem, não apenas temporal e espacialmente, mas imersas em constantes disputas. O rural moderno representa a continuidade do projeto vinculado ao racionalismo capitalista, e, especialmente no caso brasileiro e de demais países de capitalismo periférico (mas não apenas), está assentado no grande latifúndio, na produção de monoculturas, na exploração intensiva da força de trabalho, bem como na utilização de práticas extrativistas e formas de cultivo muitas vezes danosas ao meio ambiente.

Tendo como principal objetivo a busca do lucro acima de qualquer outra coisa, o rural na perspectiva da acumulação e expansão do capital entra em choque com as outras ruralidades ao procurar impor sua racionalidade mediante eliminação física e cultural ou inclusão forçada dentro da sua dinâmica. Frente a isso os diferentes sujeitos que compõem as outras ruralidades resistem e, ao mesmo tempo, reproduzem e constroem outras formas de viver com base em princípios e valores distintos aos do modelo hegemônico. Cabe aos pesquisadores e pesquisadoras conhecer essas outras ruralidades, dar visibilidade para as suas formas de existir e se relacionar, e, junto aos sujeitos e movimentos que as formam, buscar caminhos para tentar garantir a existência de um mundo plural, com respeito às diferenças e manutenção de um ambiente equilibrado.

Referências das Fontes Citadas

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra Batista e GUERRA, José Teixeira

(Orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2005.

BIAZZO, Pedro Paulo. Considerações sobre as Categorias Rural e Ruralidade em suas Dimensões de Conhecimento. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro. 1º semestre de 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1381/1171>. Acessado em: 20/01/2014.

BOISIER, Sergio. “Desarrollo (Local): ¿De Qué Estamos Hablando?”, Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local. Compilado por Oscar Madoery y Antonio Vázquez Barquero (eds.), Rosario: Editorial Homo Sapiens, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

BRANDEMBURG, Alfio. Ciências Sociais e Ambiente Rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. VIII, nº 1, p. 3-16, janeiro/junho 2005.

BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIII, nº 2, p. 417-428, julho/dezembro 2010.

JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, nº 11, p. 5-25, novembro 1998.

LEFF, Enrique. Ecología y Capital: Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. México D.F.: Siglo XXI editores, 2010.

MARTINS, Rodrigo Constante. Ruralidade e Regulação Ambiental: notas para um debate político-institucional. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 43, nº 2, p. 249-266, abril/junho 2005.

PEREIRA de QUEIROZ, Maria Isaura. O Messianismo no Brasil e no Mundo. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Terr rios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A. E. (Org.). **Los desafios de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MARTINS, Rodrigo Constante. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, nº 24, p. 196-240, maio/agosto 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, nº 15, p. 87-145, outubro 2000.